

Mesa-Redonda: DOENÇAS EMERGENTES E NEGLIGENCIADAS: RISCOS, CONSEQUÊNCIAS E ENFRENTAMENTO

Coordenador: Samuel Goldenberg (FIOCRUZ)

Palestrantes: Claudia Nunes Duarte dos Santos (FIOCRUZ), Marcio Lourenço Rodrigues (FIOCRUZ) e Renata Cristina Picão (UFRJ)

Dia/Hora: 28/7/2023 - das 13h00 às 15h30

Palestrante: Marcio L. Rodrigues

Título:

Doenças fúngicas: um problema de saúde pública altamente negligenciado

As doenças fúngicas matam mais de 1,5 milhão de pessoas por ano, principalmente em regiões onde vivem populações negligenciadas. Esse número alarmante de mortes é parte de um problema altamente complexo, uma vez que a mortalidade por si só não dá uma imagem completa da carga fúngica em diferentes populações. Na verdade, várias doenças fúngicas estão associadas a baixa mortalidade, mas diretamente ligadas à exclusão social e hospitalização. Por exemplo, pacientes com micoses subcutâneas manifestam lesões crônicas e progressivas que podem persistir por décadas. Indivíduos afetados podem ter problemas significativos de saúde mental associados a essa condição crônica. As infecções fúngicas estão entre as doenças de pele mais diagnosticadas, especialmente em crianças de 1 a 5 anos. Essas doenças estão associadas à desaprovação social e traumas psicológicos, afetando negativamente o desempenho escolar. Esses e outros exemplos demonstram que a carga das infecções fúngicas não se restringe à mortalidade. Outra forma de medir o impacto dos fungos na saúde pública é determinar sua carga geral de doença usando o ano de vida ajustado por incapacidade (DALY). Um DALY representa a perda equivalente a 1 ano de saúde plena. No entanto, com algumas exceções, as estimativas de DALY não estão disponíveis para a maioria das doenças fúngicas. Não há dados precisos sobre a incidência de micoses graves no Brasil e, conseqüentemente, seu impacto em saúde e economia. Entretanto, é estimado que mais de 3,8 milhões de indivíduos no Brasil podem estar sofrendo de infecções fúngicas graves, principalmente pacientes com cânceres malignos, receptores de transplantes, asma, tuberculose prévia, infecção por HIV e aqueles que vivem em áreas endêmicas para fungos patogênicos

O ritmo de geração de conhecimento na área de combate às doenças fúngicas é claramente mais lento do que em outras áreas. Não existem vacinas antifúngicas licenciadas para humanos e muito se discute sobre os problemas das terapias antifúngicas, que incluem altos custos, surgimento de resistência antifúngica, toxicidade significativa e número limitado de classes de medicamentos antifúngicos. É provável que esse cenário complexo seja consequência da redução do financiamento para pesquisas e do insuficiente reconhecimento do impacto das doenças fúngicas na saúde pública por parte de autoridades de saúde. Esse cenário contrasta com a epidemiologia em constante mudança das infecções fúngicas, que inclui o surgimento de espécies patogênicas altamente letais e resistentes a medicamentos. Por fim, a pandemia de COVID-19 exacerbou a epidemiologia das doenças fúngicas, provando o

conceito de que doenças transmitidas globalmente podem piorar um cenário epidemiológico já complexo.

Embora a incidência de Covid-19 esteja em decréscimo no Brasil, é ainda altíssimo o número de pacientes imunocomprometidos em decorrência de doenças de base (AIDS e câncer, por exemplo) ou de indução farmacológica (receptores de transplante). Dessa forma, o número de indivíduos susceptíveis a infecções fúngicas graves é alto e preocupante, considerando a falta de ferramentas de enfrentamento. As infecções fúngicas impõem ao SUS um custo de até R\$500.000,00 para o tratamento de cada paciente internado com micoses sistêmicas. Considerando que micoses sistêmicas podem afetar até 3 milhões de brasileiros, esses recursos obviamente não estão disponíveis. Esse quadro reforça a necessidade de desenvolvimento de novas ferramentas para o enfrentamento de doenças fúngicas.

Várias iniciativas para reduzir as mortes causadas por doenças fúngicas foram propostas nos últimos anos. Ainda assim, o impacto das doenças fúngicas na saúde pública e na economia continua sendo inaceitavelmente alto. Na tentativa de chamar a atenção para a importância de combater infecções fúngicas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou uma lista de patógenos fúngicos prioritários em outubro de 2022. Essa lista, definida pela OMS como o primeiro esforço global para priorizar sistematicamente os patógenos fúngicos, considerando suas necessidades não atendidas de pesquisa e desenvolvimento e sua importância percebida para a saúde pública, foi dividida em três categorias: prioridade crítica, alta prioridade e prioridade média. Três áreas principais para ação foram propostas, focando em (1) fortalecer a capacidade e vigilância laboratorial; (2) investimentos sustentáveis em pesquisa, desenvolvimento e inovação; e (3) intervenções em saúde pública. Isso é, indiscutivelmente, uma ação louvável.

Dentro do cenário aqui descrito, essa discussão visa acrescentar ao relatório da OMS visões sobre iniciativas adicionais que podem contribuir para fortalecer a comunidade de micologia médica e, conseqüentemente, a geração qualificada de conhecimento nessa área. Essas ações têm potencial para estimular o desenvolvimento de ferramentas inovadoras para prevenir, controlar e diagnosticar doenças fúngicas.